



# AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS  
DAS FORÇAS ARMADAS

## COMUNICADO

### **Defesa Nacional: a enteada da governação**

Após a visita Papal e do conveniente e oportunista (auto) louvor do Sr. Ministro da Defesa Nacional ao desempenho das Forças Armadas, em “clima” de relativa euforia nacional, vivenciando os portugueses os benefícios da justa política de reversão das danosas políticas anteriores, o que dizer do “clima” na Defesa Nacional?

Aproximando-se a possibilidade de, na Assembleia da República, se alterar o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) por iniciativa parlamentar do Partido Comunista Português (PCP), que soube acolher as propostas das Associações Profissionais de Militares (APMs), ao contrário do Sr. Ministro da Defesa Nacional que não quis saber delas, e, estando já em cima da mesa a tarefa de promover a alteração ou a suspensão do novo e gravoso Regulamento de Avaliação de Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA), as APMs souberam em conjunto preparar e apontar uma proposta comum de alteração deste ignóbil e inconcebível EMFAR.

Mas, importantes tarefas continuam a merecer a atenção dos Oficiais das Forças Armadas.

Continua a diária degradação da Condição Militar, no âmbito da qual nada se reverteu em matéria de garantias na situação de reforma (extinção do fundo de pensões e complemento de pensão de reforma), vencimentos, carreiras horizontais, pagamentos de indemnizações por abate aos quadros. A solução tem sido aprisionar os militares em carreiras mal remuneradas, sem futuro nem dignidade.

Continua a degradação diária do material e equipamento militar, apesar da canibalização dos mesmos e das dotações orçamentais para os vencimentos e demais despesas com o pessoal serem canalizadas para manter a frente cada vez mais difícil de suportar.

Continua a degradação diária e sistemática na área da saúde militar, deixando a maioria das Unidades sem medicamentos e sem médicos, sem ambulâncias, sem segurança no trabalho.

Continua a degradação diária das proteções sociais previstas na lei, prosseguindo a exclusão dos militares dos direitos de parentalidade, apoio à família e acesso aos demais instrumentos de proteção social, para os quais tudo pagamos e nada nos dão em troca.

Continua a degradação diária do Hospital das Forças Armadas (HFAR), sem médicos que cheguem, sem consultas, sem equipamentos, sem paciência para os utentes, empurrando estes para clínicas e para acordos com privados.

Continua a degradação diária das condições apresentadas para recrutamento, com as unidades de formação com recrutas a terem de pagar as suas despesas quando se acidentam em exercícios na recruta, sem ambulâncias e sem condições sequer razoáveis para fazerem cursos de formação decentes e dignos, potenciando dessa forma acidentes com consequências, dado o natural risco inerente aos exercícios, sempre potencialmente muito graves.

Continua a frustração diária dos militares em Regime de Contrato (RC) e Regime de Voluntariado (RV), que sabem que há falta de pessoal mas que há ainda mais falta de vontade política para serem reconhecida a sua situação de precaridade e a evidente necessidade de os integrar nos quadros permanentes das Forças Armadas, e ainda maior vontade política de continuar a querer enganar os jovens com promessas de contratos precários a vinte anos, para serem destinados a pensões de reforma ou aposentação iguais a quem nunca descontou, sendo assim duplamente esgotados e exauridos da sua força vital.

Continua a degradação diária e muito acentuada do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA), sendo permitidos aumentos dos preços para os beneficiários, aumentos para os arrendatários, sem contrapartidas de melhoria dos serviços, sem contrapartida de melhoria da habitação arrendada, aplicando-se uma política de desinvestimento, do *“quanto pior melhor”*, insana e desbragada, não se desejando, no fundo, a existência de um IASFA ao serviço dos beneficiários.

Continua a diária gestão maliciosa do pessoal, com vista a promover algures em dezembro, para *“safar”* as contas, as cativações, os desejos da tutela com os seus programas para designações de lugares e prebendas, percebendo-se bem porque ocorreram alterações orgânicas na estrutura do Ministério da Defesa Nacional (MDN), fundindo as direções gerais

do pessoal com as do material numa única e megalómana entidade, intocável e sem tutela, a pretexto de eficiências, eficácias e economias que não se vislumbram nem à lupa.

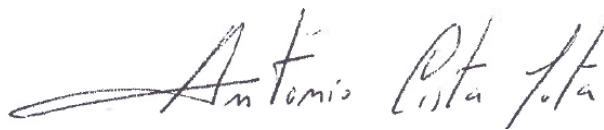
Tudo à custa do trabalho dos Oficiais e dos militares em geral, pedindo uns e ordenando outros que se mantenha um olímpico desprezo pelo mal-estar sentido, um falso não reconhecimento das injustiças vividas, um ambiente de falsa paz e putrefacto consenso de que tudo está bem, que não temos de recorrer a expedientes para mantermos alguma dignidade, que compreendemos que tudo está a ser feito para nos melhorar a vida, pois afinal o nosso desempenho é excepcional!

Quanta mentira somos capazes de manter e realizar quando obedecemos em prol de uma falsa carreira?

Quanta injustiça somos capazes de aguentar, sabendo de toda a nossa razão?

Lisboa, 29 de maio de 2017

O Presidente



António Augusto Proença da Costa Mota  
Tenente-coronel